



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010757-31.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Kaique Fernando Lopes**
 Requerido: **Agraben Administradora de Consórcios Ltda e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

KAIQUE FERNANDO LOPES propôs ação declaratória de rescisão contratual c.c. restituição de valores e indenização por danos morais em face de **AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA E NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA**. Alegou que celebrou contrato de adesão a grupo de consórcio com as requeridas, firmado e vendido pela segunda demandada, inclusive nas dependências desta. O bem objeto do contrato foi uma motocicleta Honda CB 300 ABS, no valor de R\$13.425,00, a ser pago em 72 parcelas. Informa que foram pagas 32 parcelas, além de R\$246,00 no ato da assinatura do contrato, totalizando um valor de R\$5.611,70, até a notícia de suspensão dos pagamentos dos consorciados não contemplados, em razão da recuperação judicial à qual a ré Agraben se submeteu. Requereu a rescisão contratual com a restituição dos valores pagos, a condenação ao pagamento de danos morais, a inversão do onus da prova e os benefícios da assistência judiciária gratuita.

Encartados à inicial vieram os documentos de fls.19/63.

Deferida a gratuidade à fl. 72.

A segunda requerida devidamente citada (fl. 78), apresentou contestação (fls.79/85). Preliminarmente, suscitou a sua ilegitimidade passiva requerendo a extinção do processo sem a resolução do mérito. No mérito, aduziu que não faz parte da relação jurídica formada com a realização do consórcio, sendo que através de contrato de prestação de serviços com a corré Agraben, apenas estava autorizada a comercializar cotas do consórcio e que a administração dos recursos financeiros dos consorciados e funcionamento dos grupos de consórcio é realizado apenas pela corré Agraben. Alegou, ainda, que não há solidariedade, já que a decretação de liquidação extrajudicial da corré não significa que esta não possa honrar com seus compromissos. Por fim, impugna a aplicação do CDC ao caso. Requereu a extinção do processo sem resolução do mérito, bem como a improcedência da ação. Juntou documentos às fls. 86/104.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A requerida Agraben, devidamente citada (fl.77), apresentou contestação (fls.105/120). Preliminarmente, alegou a falta de interesse de agir, visto que foi decretada a sua liquidação extrajudicial, sendo que nunca houve resistência à pretensão do autor e tampouco pedido de habilitação de crédito na massa liquidanda. No mérito, alegou que não há que se falar em devolução da taxa de administração, multa, juros e seguro de vida, sendo que a restituição deve se dar nos moldes do contrato, totalizando o valor de R\$4.006,07, a serem devolvidos ao final do grupo e não de imediato. Alegou não haver comprovação de danos morais, sendo que o mero descumprimento contratual não gera dano indenizável. Impugnou a aplicação dos juros, em razão da liquidação extrajudicial. Requereu os benefícios da assistência judiciária gratuita bem como a improcedência da ação. Juntou os documentos de fls. 121/125.

Réplica às fls.130/141.

Indeferida a gratuidade requerida para a ré Agraben (fl. 148).

Agravo de instrumento interposto, em face da decisão de fl. 148.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Ademais, à fl.148, as partes foram instadas a se manifestar sobre provas e se mantiveram inertes, sendo o que basta.

Não há dúvidas de que houve relação contratual entre o autor e a ré Agraben, administradora de um grupo de consórcio adquirido pelo requerente. O contrato de fls. 23/31 comprova a relação jurídica entre as partes e a própria ré Agraben aliás, confirma a existência do contrato discutindo apenas o valor a ser restituído.

Respeitados entendimentos em contrário, o fato de a aquisição ter se dado nas dependência da Novamoto, mesmo havendo alguma espécie de parceria, não é capaz de vincula-la



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

aos fatos apontados na inicial.

A análise do contrato social dessa requerida indica que ela se dedica à compra e venda de motocicletas, não possuindo ligação direta com a atividade de consórcio, que exige autorização especial dos órgão reguladores, sendo essa atividade desenvolvida pela Agraben.

A Administradora do consórcio é a verdadeira responsável pelos contratos que celebra.

Nem se diga que no caso da entrega de alguma motocicleta ao consorciado, mediante o pagamento prévio do valor respectivo, surgiria vinculação entre as partes, pois ela não seria suficiente à sua responsabilização pelo descumprimento das cláusulas do contrato de consórcio.

Ficou assentado que a NovaMoto não pode se responsabilizar pela atuação da firma de consórcios, garante exclusiva dos contratos que celebra.

Realmente quando alguém pretende celebrar contrato na modalidade de consórcio o faz diretamente com a firma que o administra, e não com terceiros. A relação jurídica de direito material é única e vincula o recorrente e a Agraben.

Não está presente nenhuma das modalidades de solidariedade legal e muito menos há motivos para que se reconheça a contratual. O receio de a parte autora ficar sem nada receber por conta de a parte responsável se encontrar em liquidação extrajudicial não é suficiente para criar a solidariedade.

Ficam afastadas, ainda, as regras do art. 7º, parágrafo único e 25, §1º, do CDC, por não se vislumbrar qualquer espécie de dano perpetrado pela Novamoto ao autor.

Assim, fica excluída da lide, por ilegitimidade **NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA.**

Em relação ao mérito, realmente a requerida Agraben se encontra em liquidação extrajudicial por determinação do Bacen, datada de 05 de fevereiro de 2016, mas tal condição não impede a sequência deste feito. A liquidação extrajudicial gera apenas a necessidade da habilitação ao crédito, sendo que não há razões para que não se forme o título executivo judicial, apto a ser habilitado pelas vias ordinárias e próprias.

O requerente contratou e efetuou pagamentos pela cota de consórcio adquirida mas, em virtude da liquidação da Agraben, não ocorrerá a entrega do objeto pretendido, o que leva à necessidade de devolução dos valores pagos. Ou seja, ainda que se encontre em liquidação, não pode o autor suportar o prejuízo causado pela requerida, que não cumpriu com suas obrigações contratuais, sendo que a não restituição dos valores gastos acarretaria no enriquecimento ilícito da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ré.

A restituição dos valores deverá ocorrer de forma integral visto não ter a parte autora participado, de forma alguma, na ocorrência posterior que impediu a continuidade da contratação, motivo pelo qual nenhum prejuízo se pode vislumbrar. Assim, não tendo qualquer repercussão o contrato, despesas como taxa de administração, fundo comum do grupo, ou outras, não devem prosperar, sendo todos os valores devolvidos.

Não se podem conceber, porém, os juros de mora, e isso por conta da regra prevista no artigo 18, *d*, da Lei nº 6.024/74, *verbis*:

"Art . 18. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos:

(...) d) não fluência de juros, mesmo que estipulados, contra a massa, enquanto não integralmente pago o passivo."

Por fim, não há que se falar na ocorrência de danos passíveis de indenização. O dano moral pressupõe a lesão a bem jurídico não-patrimonial, moral, psíquico e intelectual do ser humano, principalmente ao que se refere à sua liberdade, honra, saúde mental ou física e à sua imagem, o que no caso concreto não se demonstrou, sendo o que basta.

Certo que o mero aborrecimento com as situações cotidianas não geram dano moral e devem ser suportadas por todos aqueles que vivem em sociedade. Neste sentido já se manifestou este Tribunal:

Certo é que, o mero dissabor não pode ser alçado ao patamar do dano moral, mas somente aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige.(TJSP-APL 10010080420148260196 SP - 31ª Câmara de Direito Privado. Julgado em 19/08/2014 e Publicado em 19/08/2014. Relator Armando Toledo)

Ante o exposto, **JULGO EXTINTO O PROCESSO** sem apreciação do mérito, no tocante á ré **Novamoto Veículos Ltda**, nos moldes do artigo 485, VI, do NCPC e **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC no tocante à ré **Agraben Administradora de Consórcios Ltda**, para declarar a rescisão do contrato de consórcio firmado com a autora, tornando inexigíveis quaisquer débitos a ele relacionados, ficando condenada a ré, ainda, a pagar à parte requerente a quantia de R\$5.611,70, acrescida de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

correção monetária a partir do desembolso de cada montante que a compôs.

Com o trânsito em julgado da presente decisão, o autor deverá proceder à habilitação de seu crédito em via própria.

Há agravo de instrumento pendente de julgamento. Informe-se ao E. Tribunal de Justiça acerca desta sentença.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas serão rateadas na proporção de 50% para cada parte, observando-se a gratuidade concedida à parte autora. Fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da condenação atualizado, para cada parte, nos termos do art. 85, §14, do CPC. Fica o autor condenado ao pagamento de 10% de honorários advocatícios aos patronos da Novamoto.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Transitada em julgado, ao arquivo.

P.I.

São Carlos, 31 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**